

## Coluna do Castello

# O imprevisível é o previsível

Brasília — O Senador José Sarney foi ontem ao Palácio levar as sugestões do PDS para novos projetos eleitorais. O Governo decidiu ouvir o Partido e agir segundo suas reivindicações. Mas o Senador, que já emitira uma nota ambígua sobre a situação política, incrementou, voltando aos jornais para dizer que se a incorporação for meramente eleitoral não haverá problema, mas que se for uma confrontação com o regime estaremos marchando para o imprevisível. O imprevisível, no caso, é nada mais do que o previsível, isto é, uma reação de força.

O presidente de um Partido político não é suposto de falar em nome dos que, por se oporem a uma radicalização, ameaçam com medidas mais radicais, ou definitivamente radicais. A incorporação de dois Partidos visa obviamente a procurar melhores resultados eleitorais. No caso do PP e do PMDB, houve uma radicalização, feita num sufoco, para responder a um decreto presidencial que proíba coligações, mandando vincular os votos de cabo a rabo e obrigando todos os Partidos a apresentarem candidatos a todos os postos.

A incorporação reuniu obviamente quantidades heterogêneas, mas o PMDB já era heterogêneo em si mesmo, sendo mais uma frente do que um Partido. Aliás quase todos os nossos Partidos são frentes conjunturais e nenhum deles tem definições muito nítidas. Os Partidos europeus é que costumam se distinguir pela filiação a linhas de pensamento e de doutrina política, quando não a ideologias. A história brasileira desde o Império é feita por Partidos que não se qualificam por idéias nítidas. Luzias e saquaremas, segundo o dito célebre, são sempre iguais uns aos outros. Conservadores e liberais se equivalem.

Os políticos brasileiros que têm opções ideológicas costumam se refugiar em legendas diversas independentemente das idéias ou da falta de idéias dos que os dirigem. O PSD, que era um Partido de bases rurais e conservadoras, elegeu pelo menos um deputado comunista por sua legenda e a UDN, na formação inicial, comportava até mesmo uma esquerda não democrática ao lado da sua conhecida esquerda democrática que iria transformar-se no Partido Socialista, que não chegou a vingar eleitoralmente.

O Senador Sarney fez-se porta-voz de grupos obscuros, apesar de insistir em que na nota oficial do seu Partido não refletiu opiniões de militares. Em nome de quem ele nos ameaça com o imprevisível? O PDS não é um instrumento de confrontação. A Oposição opõe-se. No caso opõe-se ao Governo e opõe-se igualmente ao regime, que, se pretende tornar-se uma democracia, ainda não o é. A campanha eleitoral haverá de refletir sem sombra de dúvida essa realidade. O PMDB terá de, como frente ampla de oposição, pleitear a mudança do regime. O próprio Presidente da República, quando promete fazer do país uma democracia, está identificando como não democrático o regime que pretende mudar por seus próprios métodos.

O Senador José Sarney não há de querer que a Oposição se comporte segundo a linha de conduta dos que formam em torno do Governo. A credibilidade da promessa do Presidente, aceita pela nação, não impede que o PMDB identifique em alguns atos do Governo movimentos que não se compatibilizam em essência com a democracia liberal, que passou a ser o novo projeto estratégico do Governo. Dizer onde termina o interesse eleitoral e onde começa a confrontação é algo extremamente difícil. O imprevisível está precisamente na identificação desse momento, desse *quantum satis* que separa o jogo eleitoral do jogo político tido como intolerável.

A retórica do Senador não é tranqüilizadora. Mas, por falar em retórica, o Ministro da Justiça, no mesmo rumo da democracia liberal, anunciou na Paraíba que teremos comícios a céu aberto. Resta saber se o teremos também com vídeos abertos. A Lei Falcão ainda está de pé e os estudos do Ministro Ibrahim Abi-Ackel para mudá-la ainda não saíram do seu gabinete. Já estamos a poucos meses da eleição e a campanha eleitoral deverá ter suas regras definidas. Afinal, por enquanto, o Governo fala e usa todos os canais de comunicação de massa. A Oposição tem sido tolerada nos programas de debate e em entrevistas. Mas terá ela durante a campanha acesso por lei aos canais de televisão para algo mais do que a cena muda imaginada pelo antecessor do Sr Abi-Ackel?

Carlos Castello Branco